
CAPRINICULTURA
PROPOSTAS PARA A REESTRUTURAÇÃO URGENTE

I. CONTEXTO

A marginalização da agricultura e dos ramos de atividade do sector, como a caprinicultura, iniciou-se na segunda metade de século passado tornando-a subsidiária com a adoção de um modelo de desenvolvimento económico liderado pela indústria.

Esta subalternização económica, a incoerência das medidas de política agrícola que se seguiram, acompanhadas da livre e insaciável intervenção do mercado, conduziram o sector à exaustão que há tantos anos é reconhecida e agora novamente demonstrada pela crise sanitária.

Este contexto de fragilidade extensível a quase toda a economia, se excluirmos os negócios de oportunidade criados pelas falhas da oferta pública, destacou a **necessidade de um novo protagonismo decidido e decisivo do Estado na reforma da economia e na reestruturação do sector agrícola e da caprinicultura**, garantindo as condições de produção de bens essenciais para uma cadeia alimentar que contribua para a saúde dos portugueses.

Acreditamos estar num momento de mudança indispensável para a qual queremos contribuir com a opinião e propostas que apresentamos de seguida.

II. REFORMA DA ECONOMIA

As consequências da pandemia COVID-19 no mundo começam agora a merecer alguma reflexão mais serena e objetiva apesar de se manter a emergência sanitária que remeteu os cidadãos para o isolamento social e a economia para a paragem e para uma inevitável recessão.

É para essa reflexão que pretendemos contribuir com esta iniciativa do Centro de Competências da Caprinicultura – CCC (<http://caprinicultura.pt/>), procurando com ela enquadrar as medidas de emergência económica para a caprinicultura e, porque não, de alcance estratégico que permitam a sobrevivência do setor em horizontes de mais amplos, partindo do Plano de Ação do CCC (<http://caprinicultura.pt/images/Plano de Ao CCC.pdf>).

Com o desenvolvimento da crise e a surpresa do gigantismo dos danos na economia tenta-se animar a sociedade com a ilusão que **a crise pode transformar-se numa oportunidade**.

Mas é nossa opinião que as crises não são meras oportunidades de inovação de negócio e de crescimento de lucros no mercado, mas antes de revelação dramática de fragilidades bem mais complexas. Económicas, sim, mas sobretudo políticas, sociais, humanas e, no caso desta pandemia, também sanitária.

O mercado, com os valores que o inspiram (mão invisível, eficiência, perfeição da concorrência e lucro), é o marco fundador de uma economia que, desde Adam Smith com a Riqueza das Nações e o *laissez faire* incontido, desprezou reiteradamente um dos objetivos a que se propunha: o bem-estar económico de todos os agentes e da sociedade. Os cidadãos foram sendo marginalizados no processo de distribuição de riqueza, aprofundando-se, tragicamente, a rutura e a dualidade social. Em vez de termos criado sociedades com mercado, criámos sociedades de mercado.

Mas este movimento de exclusão é bem mais amplo e espalhou-se pelo tecido empresarial e por grande parte dos sectores de atividade tornando-os profundamente assimétricos, coexistindo um vasto universo de empresas e empresários de reduzida escala económica e de gestão, bastante vulneráveis aos comportamentos da procura, da concorrência, da inovação e com débil integração tecnológica, mas com estruturas flexíveis e fortemente integradoras de conhecimento, com um outro universo muito reduzido de empresas robustas, com produções massificadas, lucrativas e de forte vocação internacional.

As sociedades e as pessoas estão vulneráveis. Não é possível deixar de pensar a transformação da economia e da sociedade.

Acreditamos que com a crise do novo coronavírus não está em causa a oportunidade mas a necessidade emergente de reforma da economia orientada por critérios equilíbrio na utilização de recursos, justiça na distribuição de riqueza, regulação das atividades, proteção da vida e dos mais vulneráveis através de uma organização económica social com um **estado democrático, não minimalista mas comprometido com respostas sólidas e inclusivas e com a cooperação mútua na sociedade. Abandonando ou regulando os caprichos do mercado.**

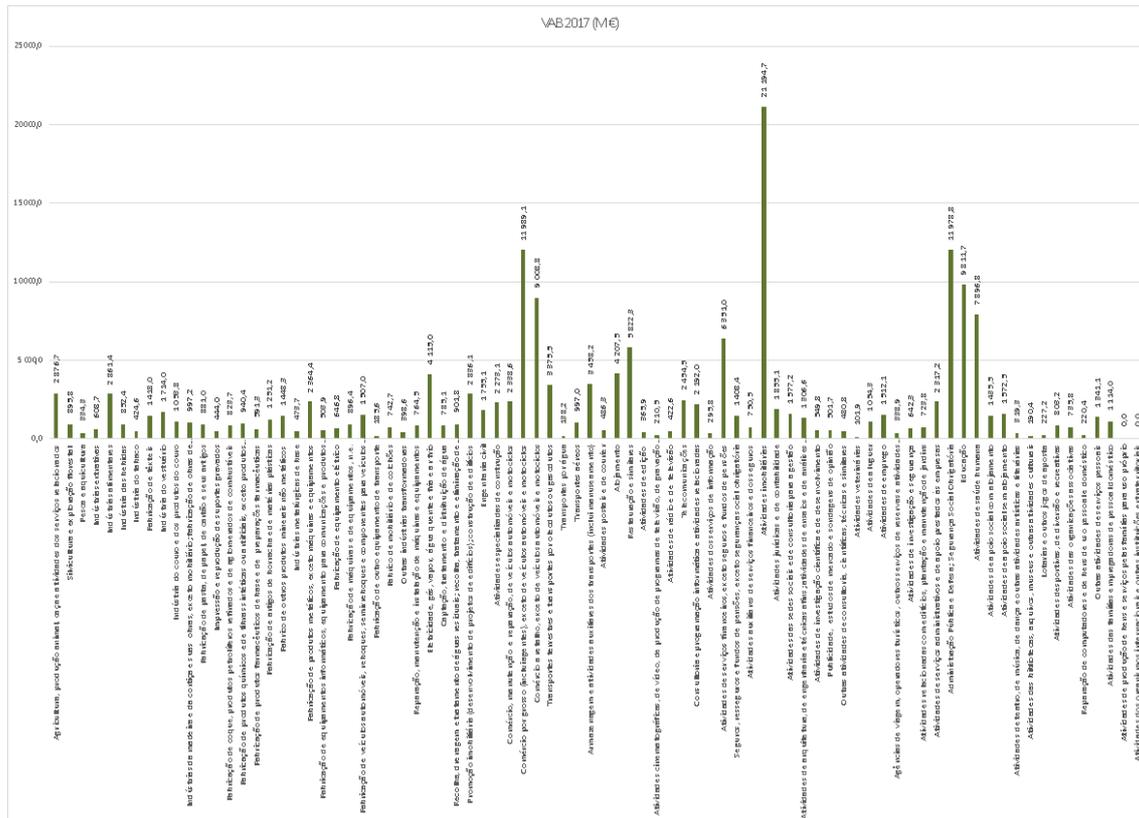
III. A recuperação da agricultura e a reestruturação da caprinicultura

Tal como a reforma da economia também a mudança deve chegar aos diversos setores de atividade com as medidas e a dosagem adequadas ao seu posicionamento na matriz de interdependências e o contributo estratégico para o desenvolvimento económico e humano, o bem-estar social e o equilíbrio ambiental.

É consensual o reconhecimento da marginalização da agricultura e a incoerente aplicação de medidas de política agrícola e alimentar desde meados dos anos 50 do século passado até à atualidade.

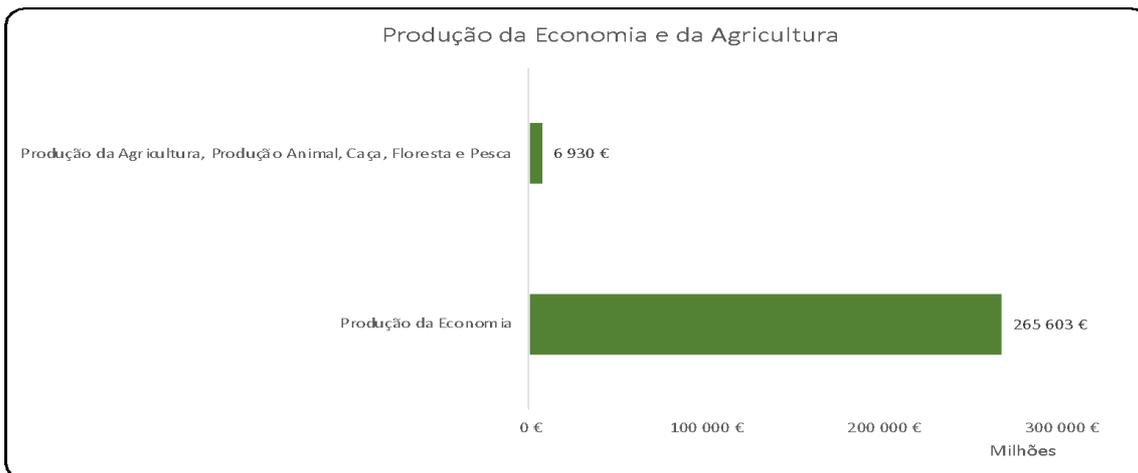
Esta trajetória conduziu a agricultura e a caprinicultura aos seguintes resultados:

- Em 2017 o setor agrícola representava cerca de 2% do PIB_{pm}, numa economia dominada pelas atividades imobiliárias, com a seguinte distribuição setorial da riqueza medida através do VAB nesse ano (quadro e valores seguintes).



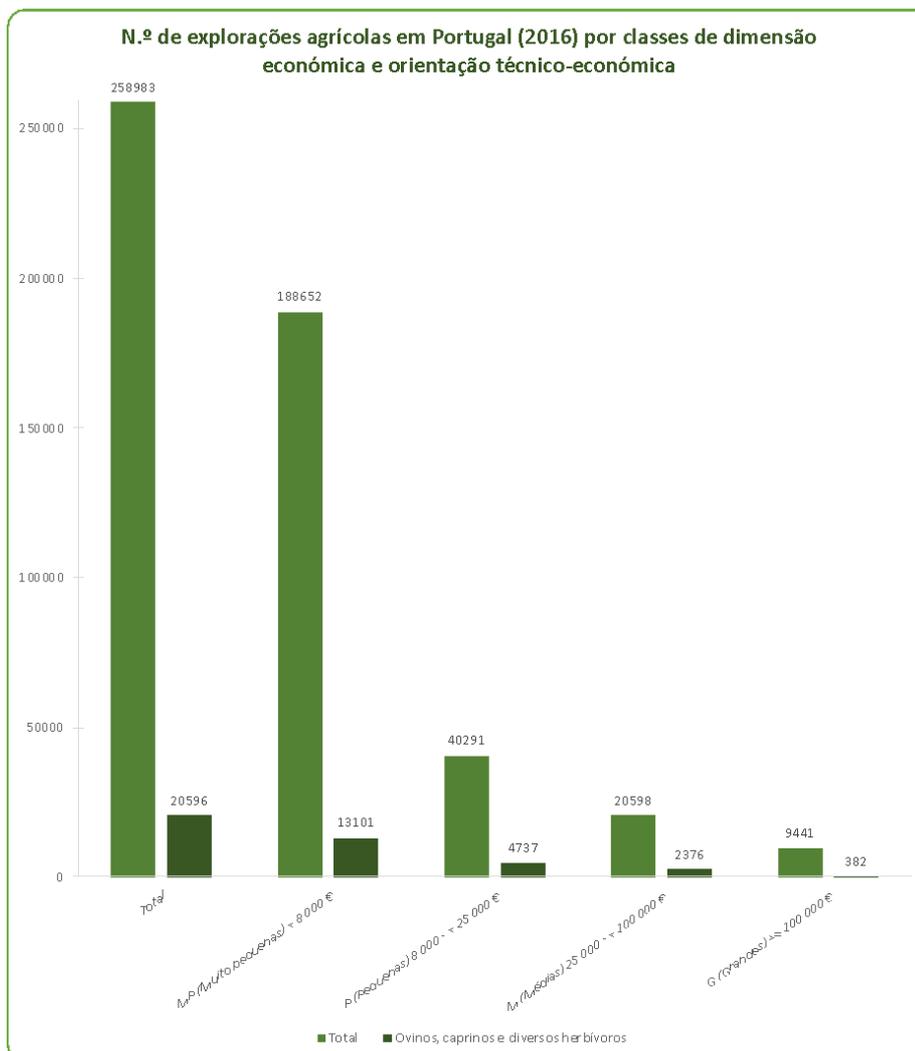
Fonte: INE

- VAB da, de 4,094 M€ em 2018
- 6, 28% do emprego total em 2019
- Produção da agricultura, silvicultura e pescas em percentagem da produção da economia em 2017 – 2,6% (quadro seguinte)



Fonte: INE

- N.º de explorações agrícolas, em 2016, por classes de dimensão económica e orientação técnico-económica



Fonte: INE

Como verificamos nestes indicadores, a agricultura tem uma expressão mínima na economia portuguesa – 2% do PIB e 6% do emprego quando no início da década de 50 do século passado eram, respetivamente, 30% e mais de 40% da população. Assistiu-se a um gigantesco abandono da agricultura e da caprinicultura que hoje são dominadas por atividades de produção de subsistência avaliando a dimensão económica das explorações (em 2016, 88% se 87% eram, respetivamente, muito pequenas e pequenas explorações agrícolas e com orientação técnico-económica em ovinos, caprinos e diversos herbívoros).

Francisco Avillez faz um diagnóstico mais detalhado deste percurso do sector agrícola no livro *A Agricultura Portuguesa – As últimas décadas e perspectivas para o futuro*, (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015), delineando na conclusão um quadro de medidas para a sua recuperação que se podem resumir em: **inovação e conhecimento, organização da produção, apoio aos investimentos produtivos e gestão eficiente dos recursos naturais. Acrescentamos a distribuição e comercialização da produção.**

É oportuno, entretanto, salientar uma preocupação expressa por F. Avillez: *“o futuro crescimento da agricultura portuguesa irá depender, não só da sua capacidade para ultrapassar limitações de mercado e estruturais, como principalmente da difusão de mudanças tecnológicas orientadas para a aplicação conjunta dos princípios e das técnicas das agriculturas de conservação e de precisão, o que só será possível com um ambiente político-institucional diferente daquele que tem vigorado na agricultura em Portugal na últimas décadas.”*

Acreditamos que a reforma da Política Agrícola Comum e a transição em que se encontra não deixarão de estar atentas a estas preocupações.

Manter a agricultura e a caprinicultura nesta agonia é condená-las ao desaparecimento. **Caberá ao Estado contrariar este destino que o livre mercado já se encarregou de definir e não hesitará em realizar.**

IV. Propostas de medidas de políticas públicas

O apoio à agricultura, calibrado pela situação de cada ramo de atividade e da caprinicultura em particular, deve organizar-se, independentemente do que venha a ser a reforma da PAC, em torno dos 5 grandes objetivos já atrás referidos e através das medidas seguintes como meros exemplos a melhorar:

- **Organização e apoio à produção**
 - Dar estabilidade e credibilidade às políticas públicas de apoio ao setor;

- Apoiar, de acordo com princípios e mecanismos simples mas eficazes, a fixação de novos agricultores portadores de competências de conhecimento e inovação, contribuindo para a reorganização humana do território e a sua atratividade;
- Apoiar financeira e tecnicamente o associativismo agrícola como forma de organização nuclear da produção agrícola e pecuária;
- Criação de núcleos de apoio técnico aos produtores quando a iniciativa de associação de produtores não for suficiente para esse apoio em colaboração com as autarquias locais. A descentralização de serviços técnicos de natureza pública e a colaboração com as entidades do sistema científico e tecnológico, autarquias e organização de produtores pode ser uma parceria virtuosa para esta medida;
- Facilitar o acesso às atividades agrícola e pecuária, revendo toda a complexa e labiríntica regulamentação a que está sujeita;
- Orientar a produção segundo a nova estrutura do consumo que se prevê que surja após a crise pandémica que vivemos e que se esperam que seja determinada pelos seguintes comportamentos do consumidor:
 - Proximidade dos produtores
 - Autenticidade dos produtos
 - Comércio justo
 - Comércio digital
 - Aumento dos bens alimentares na despesa do consumidor
 - Extinção progressiva da segmentação demográfica para entender os consumidores do futuro, substituindo-a pelo consumo futuro em pessoas de todas as idades constroem a sua identidade e influenciam o seu consumo
- Garantir o crescimento da soberania/autonomia alimentar adaptando a produção a dietas saudáveis;
- Organizar a produção orientada para a saúde através de dietas alimentares mais saudáveis (Ex. a produção de cabrito - <https://nutrimento.pt/noticias/cabrito-uma-carne-redescobrir/>);
- Desenvolver sistemas de promoção de concentração e escala na produção;
- Apoiar a instalação de planos de controlo da qualidade do leite e da cadeia de produção de queijo em produtores de pequena dimensão;
- Apoiar a implementação de planos de biossegurança e de planos sanitários de doenças limitadoras da produção e viabilidade económica da exploração (exemplo: agalaxia contagiosa e lentivírus dos pequenos ruminantes);

- Codificar os cursos de caprinicultura, aos diversos níveis.

- **Apoio aos investimentos produtivos**
 - Apoiar diretamente a recomposição do efetivo pecuário, criando escala económica à atividade das explorações agrícolas e pecuárias;
 - Promover a reorganização fundiária através de legislação que permita criar perímetros de SAU economicamente viáveis, através de compra ou arrendamento, como condição para o investimento na melhoria e produtividade dos solos;
 - Integrar o território nos critérios de apoio ao investimento;

- **Gestão eficiente dos recursos naturais**
 - Garantir a utilização racional de recursos naturais, como por exemplo a água. A criação de caprinos pode ser um contributo importante para este objetivo (Vd. *The advantages of goats for future adaptation to Climate Change: A conceptual overview* (<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921448817301098>) e contribuir para atenuar as alterações climáticas;
 - Apoiar a caprinicultura dado que os caprinos podem prestar relevantes serviços ambientais;
 - Apoiar a organização da floresta;
 - Apoiar a conservação e utilização dos recursos genéticos locais.

- **Distribuição e comercialização da produção**
 - Garantir o rendimento dos produtores através de uma política que proteja os preços, alargado o regime contratual existente a todos os produtos agrícolas, (nomeadamente através de mecanismos de regulação que garantam uma rendibilidade mínima à produção, depois da remuneração do trabalho);
 - Garantir o escoamento de produtos numa relação de proximidade com o consumidor e de preço justo dos produtos através do estímulo aos produtores ou as suas organizações, nomeadamente comerciais, na criação de uma rede de lojas alimentares em todo o território, com o apoio de tecnologias digitais de B&D (Buy&Deliver). Esta rede pode ser substituída pelas cadeias de comércio alimentar grossista e de retalho instaladas se os operadores aderirem a esta política;

- Criar soluções ou infraestruturas de escoamento e eventualmente de transformação industrial de produções agrícolas e pecuárias, particularmente as mais perecíveis, em situações inesperadas de quebra de preço ou de procura;
 - Revisão dos regulamentos dos agrupamentos de produtores;
 - Reforçar as medidas de apoio ao melhoramento das raças autóctones dando-lhes estabilidade e continuidade através de maior duração dessas medidas, nomeadamente através do seu ajustamento aos ciclos longos em que esse objetivo se consagra. Para estas medidas existem já várias medidas concretas que têm vindo a ser apresentadas pelas associações de raça.
-
- **Inovação e conhecimento**
 - Patrocinar parcerias (iniciadas com o PDR 2020 e depois de ações anteriores para candidaturas a apoios públicos) **agora duradouras** entre entidades científicas e tecnológicas e organizações de produtores ou mesmo produtores individuais para garantir a capitalização tecnológica e de conhecimento de que carecem;
 - Criar soluções de *venture capital* científico e tecnológico para a aquisição de novas competências nas empresas;
 - Rever o sistema de inovação permitindo o acesso do setor agrícola à incubação tecnicamente apoiada de ideias e projetos, bem como o acesso ao financiamento;
 - Apoiar o *benchmarking*, nacional e internacional, de boas práticas inovadoras nas explorações, comércio, organização para I&I e apoio técnico;
 - Utilizar as TIC para criação de canais de comunicação entre os agentes do sector e entre estes e o consumidor, apoiando o desenvolvimento de ações de marketing e comunicação;
 - Promover *knowledge transfer* junto dos produtores, aproximar a produção da ciência potenciando assim a obtenção de resultados de elevada aplicabilidade prática.